

Moção – Redução de Candidaturas ao Ensino Superior

A 1.^a fase do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior para o ano letivo 2018/19, realizou-se entre os dias 18 de junho e 7 de agosto e os seus resultados serão divulgados no próximo dia 10 de setembro. Após decorridas as 2.^a e 3.^o fases, todo o processo relativo ao ano letivo 2018/2019 ficará concluído, o que irá ocorrer até 12 de outubro. No entanto, os dados divulgados pela Direção-Geral do Ensino Superior (DGES) relativos a 1.^a fase de candidaturas permitem, desde já, retirar um conjunto de ilações.

O Concurso Nacional de Acesso apresentou um total de 52 852 vagas. Segundo os dados disponibilizados pela Direção Geral do Ensino Superior, houve um aumento de 0,2% em relação ao ano letivo de 2017/18. Porém, apenas 49 624 estudantes se candidataram às mesmas na primeira fase deste concurso. Este número representa uma queda de 5,6% em relação ao ano anterior, que verificou um número de candidaturas de 52 434, número mais alto verificado desde 2010.

De facto, segundo o Ministério da Educação, realizaram exames nacionais menos 2.702 alunos do que no ano letivo anterior. A escolaridade obrigatória foi alargada ao 12.^o ano de escolaridade, ou até aos 18 anos de idade em 2012, e o número de alunos matriculados no ensino secundário tem vindo a aumentar desde 2014. Porém, confrontados os números de 2018, quase metade dos alunos inscritos nos exames nacionais não concorreram ao Ensino Superior. Factualmente, há mais alunos matriculados no ensino secundário, mas menos alunos a realizar exames nacionais e 45% daqueles que concluem o ensino secundário não concorrem ao Ensino Superior.

A reflexão sobre o CNA é um tema recorrente há vários anos. Recentemente, em 2016, o MCTES formou um grupo de trabalho, com a missão de avaliar o regime de acesso ao Ensino Superior.

Entre os objetivos definidos para esta avaliação encontrava-se o alargamento da base social de recrutamento para o Ensino Superior. As habilitações dos pais e o orçamento familiar, duas variáveis que na maior parte das vezes se encontram proporcionalmente relacionadas, ajudam a compreender alguns fenómenos registados. Segundo o relatório apresentado por este grupo de trabalho, que considerou apenas as habilitações das mães, a taxa de abandono escolar é maior entre os alunos cujas mães apresentam habilitações mais baixas. Os dados recolhidos demonstram que 88% dos alunos que concluíram o ensino secundário no ano letivo 2014/2015, e cujas mães apresentavam habilitações de nível superior, ingressaram

no Ensino Superior. Por outro lado, apenas 8% dos alunos nestas circunstâncias não foram encontrados a estudar ou em formação. Entre os alunos que concluíram o ensino secundário, mas cujas mães apenas concluíram o 6º ano ou não se conhece a escolaridade, a percentagem de abandono ascende a 20%, algo que induz a considerar a ineficiência dos mecanismos de apoio ao ingresso e frequência do ensino superior.

O compromisso assumido por Portugal no âmbito da estratégia Europa 2020, de atingir 40% da população com idades entre os 30 e os 34 com formação superior, já não poderá ser alcançado. Porém, já se encontra definido um novo objetivo: 50% da população entre os 30 e os 34 anos com formação superior até 2030. Não obstante a outras medidas que venham a ser adotadas para fomentar o ingresso ou reingresso de jovens em idades mais avançadas, o alargamento da base social de recrutamento é fundamental.

Quando prevista esta redução de estudantes interessados a ingressar no Ensino Superior, foram atribuídas várias razões a este fenómeno. Uma das razões que parecia justificar estes números era o facto de alguns Exames Nacionais terem apresentado uma estrutura atípica, que surpreendeu alguns estudantes. Outra razão proposta sugeria que a redução se devia ao aumento do número de estudantes no Ensino Profissional, pois estes estudantes, caso queiram ingressar no Ensino Superior, precisam de realizar os Exames Nacionais como alunos autopostos, realizando exames a disciplinas para as quais não são preparados durante o seu percurso escolar, o que dificulta o sucesso da sua candidatura. Porém, as médias nacionais dos resultados de primeira fase mostram que as notas da grande maioria das disciplinas não variaram significativamente em relação ao letivo anterior e, assim, podemos concluir que estes não são os motivos primordiais do desinteresse dos estudantes pelo Ensino Superior. Outro motivo apontado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior é o facto de o emprego jovem ter aumentado, comparando o número de jovens com menos de 24 anos empregados entre 2015 e 2017. Este aumento apresenta, efetivamente, um grande interesse por parte dos jovens em entrar no mercado de trabalho logo após a conclusão da escolaridade obrigatória.

É importante salientar que este aumento do emprego jovem pode não derivar do desejo dos jovens por ganhar experiência ou independência, como interpretado pela Tutela, mas uma consequência da grande instabilidade laboral que os jovens recém-formados enfrentam no mercado de trabalho atual, até mesmo no setor público. Na

verdade, o investimento pessoal e financeiro realizado pelas famílias durante a frequência dos estudantes no Ensino Superior retorna, mais tarde, em Estágios Profissionais, remunerações baixas para as suas formações e uma ausência de perspectivas em relação a uma evolução na carreira e contratos a curto prazo.

As várias denúncias à precariedade constante nos trabalhos desempenhados por licenciados, mestres e doutores pode ter sido um dos fatores para a descida de interessados no Ensino Superior, pois a formação que este oferece não apresenta vantagens suficientemente significativas na procura de emprego, na estabilidade laboral e financeira e na progressão nas carreias.

Parece-nos, ainda, essencial referir os custos associados à frequência no Ensino Superior como uma possível razão para esta redução de candidaturas. Os estudantes que ingressam no Ensino Superior, para além das propinas e outras taxas e emolumentos, têm despesas como a compra de livros técnicos, refeições, deslocações, entre muitas outras. Fora estas despesas correntes, os estudantes deslocados, que representam cerca de 42% dos estudantes do Ensino superior, têm de adaptar-se ao custo de vida da localidade onde se situa a Instituição de Ensino Superior (IES) onde irão ingressar. Tudo isto apresenta um custo muito elevado e difícil de suportar para muitas famílias, principalmente quando não estão totalmente informadas sobre os mecanismos de Ação Social existentes no Ensino Superior.

Para agravar esta situação, o mercado de arrendamento das grandes cidades portuguesas continua a ser um dos grandes flagelos dos estudantes do Ensino Superior. As residências geridas pelos Serviços de Ação Social das IES continuam a não possuir camas suficientes para todos os estudantes deslocados e os preços das casas e quartos nestas cidades continuam a aumentar, constituindo uma grande percentagem do orçamento despendido pelas famílias.

Apesar dos vários programas apresentados pelo Governo em conjunto com as autarquias e dos esforços de algumas IES para inverter este processo, a realidade é que estas medidas não apresentam um efeito imediato e os estudantes que ingressarem no Ensino Superior este ano serão grandes vítimas da especulação imobiliária que se faz sentir um pouco por todo o país e, certamente, esta é uma das maiores razões para a preocupação dos possíveis candidatos e dos seus agregados familiares.

A redução de 5% das vagas disponibilizadas nas Instituições de Ensino Superior de Lisboa e Porto podem ter apresentado um significativo fator neste caso, pois a

redução de vagas aumentou a competição entre os estudantes por estas. Havendo uma maior competição, alguns estudantes podem ter desistido de candidatar-se ao Ensino Superior por não conseguirem colocação numa Universidade ou Instituto Politécnico na sua área de residência ou na IES que pensam ser a mais adequada para a sua formação.

Esta redução de candidaturas e, conseqüentemente, de interessados em ingressar na primeira fase de colocações do Ensino Superior é algo preocupante. É necessário que os jovens portugueses estejam interessados em realizar uma formação superior, esta é essencial para o desenvolvimento pessoal dos estudantes, mas também é imprescindível para o crescimento da Sociedade Portuguesa, pois um maior número de pessoas a frequentar o Ensino Superior refletirá num maior desenvolvimento do nosso país em todas as áreas de conhecimento.

Dado o disposto, as Federações e Associações Académicas e de Estudantes, reunidas no dia 1 e 2 de setembro de 2018 em sede de Encontro Nacional de Direções Associativas de Estoril, vêm, por este meio, apresentar algumas medidas que visam a neutralização de alguns dos problemas mencionados, tais como:

1. Realização de um estudo que analise as causas do decréscimo de candidatos ao Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior e as motivações que levaram ao aumento dos estudantes que terminam o Ensino Secundário e optam por entrar no mercado de trabalho.
2. Reavaliação do método utilizado no Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior, nomeadamente nas ponderações das provas de ingresso;
3. Incentivos à frequência do Ensino Superior, assim como ao emprego de jovens recém-formados, com contratos estáveis e financeiramente compensatórios;
4. Promoção dos mecanismos de Ação Social do Ensino Superior, divulgando junto de todos os estudantes as possibilidades de frequentar uma formação superior mesmo que as suas condições socioeconómicas não sejam as mais favoráveis;
5. Criação de métodos que diminuam os custos de ingresso e permanência no Ensino Superior, tais como a revisão dos valores praticados nas taxas de frequência no Ensino Superior, a monitorizar do mercado de arrendamento nas cidades estudantis e a revisão dos preços referentes às refeições práticas nas cantinas e bares situados nas Instituições do Ensino

Superior Públicas, assim como alargar os horários de funcionamento das mesmas.

Cascais, 1 e 2 de setembro de 2018

Proponente: FAL, FAP

Endereçado a: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior